



## Azulejos nos museus (1910-1926): quem, como e porquê?

### Ana Venâncio

Az – Rede de Investigação em Azulejo

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

[a.venancio@campus.ul.pt](mailto:a.venancio@campus.ul.pt)

### Palavras-chave:

Primeira República; Património; Museus; Ladrilhadores

### Resumo:

Uma das preocupações da Primeira República portuguesa foi, desde muito cedo, a reestruturação da política patrimonial do país, que teve início com o decreto-lei de 26 de Maio de 1911, referente à *Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto*. No âmbito da visão republicana de que os museus deveriam ser complementos fundamentais do ensino artístico e que deveriam servir como um meio educacional da população geral, para além de garantirem a conservação e valorização dos objectos artísticos evitando a sua dispersão, defendeu-se a regionalização do património artístico. Assim, o património artístico deveria ser conservado nos museus regionais existentes e em outros que fosse possível criar.

Com este incentivo para a criação de novos museus e para a reestruturação dos já existentes, muitas destas instituições receberam, inúmeros objectos artísticos provenientes dos paços reais e, a partir execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas, de edifícios religiosos pertencentes ao Estado, fazendo ainda várias aquisições a particulares ou em leilões, sendo talvez o leilão da colecção dos Condes do Ameal [1921] um dos exemplos mais importantes da época.

Neste contexto, e entre a enorme variedade de património artístico que foi depositado em museus de todo o país, não faltaram os revestimentos em azulejo. Este património, por ser integrado, distinguia-se da grande maioria dos objectos artísticos que foram deslocalizados na mesma época, pois retirar um revestimento em azulejo do local para o qual foi concebido e onde está integrado na arquitectura, obedecia a uma logística muito mais complexa em relação, por exemplo, à deslocação de património móvel.

No caso de revestimentos em azulejo de edifícios religiosos afectados pela Lei da Separação do Estado das Igrejas, para além dos pareceres do Conselho de Arte e Arqueologia da circunscrição artística da região do imóvel e/ou do inventariador responsável pela Comissão de Inventariação dos azulejos do Estado (esta a partir de 26 de Dezembro de 1916), era necessária a demonstração de interesse, preferencialmente por parte do director do museu regional ou de outro museu do país, caso o parecer fosse favorável à integração dos azulejos em questão na colecção de um museu nacional. No caso de azulejos provenientes de colecções privadas, estes eram adquiridos pelos museus portugueses através de leilões ou após proposta de venda directa do proprietário ao museu em questão. Depois desta primeira fase, que geralmente está bem documentada, o revestimento em azulejo era retirado do local original e transportado para a instituição onde seria depositado e integraria a colecção.

Esta fase, entre a autorização e o momento de entrada na colecção do museu, que é fundamental para se traçar o percurso dos azulejos e perceber, por exemplo, se houve perdas de secções em relação ao programa original ou como é que o programa se organizava no espaço, encontra-se habitualmente muito pouco documentada. A presente proposta de comunicação pretende analisar esta fase e aprofundar os processos utilizados, levantando uma série de questões como: existiam ou não normas que deveriam ser seguidas na remoção dos azulejos do *in situ*, quem era encarregue de efectuar o processo, se o fazia sozinho ou com auxílio, as suas qualificações profissionais, que papel tinham os funcionários dos museus e do Conselho de Arte e Arqueologia nesta fase, entre muitas outras questões que podem ser colocadas.

Através da análise de dois casos de estudo localizados no perímetro da 1ª circunscrição artística foi possível recolher alguma – rara – documentação que responde a algumas das questões enunciadas. Foram identificados dois prestadores de serviços distintos, que pensamos serem ladrilhadores, a trabalhar para o Museu Nacional de Arte Antiga e para o Museu Grão Vasco, nos períodos compreendidos entre 1915 e 1924. Estes homens exerciam a sua profissão na cidade de Lisboa, deslocando-se em serviço a várias localidades nos arredores da cidade, mas também a Elvas. Não se sabe ao certo como foram seleccionados para estes serviços de enorme responsabilidade e delicadeza, uma vez que se tratava da remoção de revestimentos em azulejo com comprovado valor artístico, que iriam integrar colecções museológicas, mas sabe-se que, em Lisboa, os ofícios de ladrilhador e azulejador estavam profissionalmente organizados, existindo uma Associação de Classe dos Azulejadores e Ladrilhadores de Lisboa, aprovada em Diário do Governo de 21 de Outubro de 1911, da qual provavelmente eram sócios.

Como comprova a documentação, estes prestadores de serviços ficavam responsáveis pela remoção do revestimento das paredes do edifício, do encaixotamento dos azulejos e, em alguns casos, da montagem em placas de gesso ou da transmissão de orientações de montagem – através de guiões ou de marcas de tardo – para, posteriormente, integrarem a exposição do museu onde ficariam depositados.

Este é um tema de extrema importância para a compreensão da forma como os revestimentos em azulejo passavam do *in situ* para o espaço museológico e da necessidade

que os responsáveis pelos museus nacionais tiveram em procurar profissionais qualificados para manusear o património artístico, acrescentando um pouco mais ao que já se sabe sobre as noções de preservação patrimonial existentes no decorrer da Primeira República. Assim, esta proposta de comunicação não se compromete a responder a todas as questões – até porque a escassa documentação encontrada não o possibilita –, mas sim a despertar o interesse para um tema que tantas vezes passa despercebido, através do trabalho desenvolvido por estes dois homens e dos casos de estudo nos quais foram intervenientes.

---

#### **Ana Venâncio**

Investigadora no Az – Rede de Investigação em Azulejo (ARTIS-IHA/FLUL), onde participa em vários projectos entre os quais o *Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo* e o *Estudos de Proveniências*. É licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, actualmente, prepara dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, na mesma instituição, sob orientação da Professora Doutora Maria João Neto e co-orientação da Doutora Rosário Salema de Carvalho. Intitulada *Estado e Igreja: uma separação com consequências para o património. O caso do azulejo (1910 – 1945)*, esta dissertação tem como objectivo, partindo de um *corpus* de conjuntos azulejares de edifícios religiosos nacionalizados pelas políticas anti-clericais republicanas, analisar as consequências que estas medidas tiveram para a dispersão ou conservação do património azulejar.